

Apelo por todos e pelo SNS

A força da unidade para superar a ameaça pandémica

Portugal atravessa uma situação gravíssima de disseminação da infeção e, conseqüentemente, do número de pessoas que se debatem com situações graves e muito graves e dos que, infelizmente, morrem devido direta ou indiretamente à Covid-19. Mais do que nunca, é necessária uma resposta concertada das forças e poderes políticos, da comunidade científica, da comunicação social, dos profissionais de saúde e de toda a população.

Certamente haverá na situação presente convergência e sinergismo de múltiplos fatores. Alguns foram identificados, documentados e antecipados nos últimos seis meses, sem terem sido modificados ou atenuados. Outros emergiram nas últimas semanas. A mistura tornou-se explosiva. Este não é o momento para lutas políticas, acusações ou atos de contrição. Virá um tempo para isso. Agora é tempo de agir. Todos temos um papel a desempenhar.

A resposta passa pela ação concertada de todos. Pelo cumprimento rigoroso de medidas e ações que reduzam abrupta e imediatamente a intensidade da transmissão do vírus na comunidade. É a única forma de baixar o número de doentes graves, travar a perda de vidas, e evitar o colapso do SNS e do sistema de saúde.

Aos atores e aos poderes políticos apela-se que utilizem ao máximo as aprendizagens destes meses de experiência nacional e mundial e procurem compreender e integrar melhor nas suas decisões as determinantes, limitações e motivações comportamentais dos seus concidadãos e dos sectores envolvidos e atingidos pela crise. Que saibam aconselhar-se com órgãos de cariz científico multidisciplinar e interinstitucional, minimamente organizados e colaborativos, que laborem em permanência para recolher, analisar e produzir conhecimentos científicos e sínteses regulares, relevantes e úteis para a decisão em cada momento.

À comunidade científica e suas instituições, apela-se a que cooperem e se organizem proactivamente entre si, para atingir massa crítica de pensamento e análise científica estruturadas. Que sejam capazes de produzir sínteses úteis, sinalizando claramente conhecimentos consolidados, sem escamotear controvérsias e incertezas, evitando atuações pessoais, dispersas e desencontradas. Que o façam de modo sistemático e permanente e que as suas sínteses, regularmente atualizadas, sejam comunicadas nas formas e conteúdos adequados aos decisores políticos, aos profissionais de saúde e à comunicação social.

Aos dispositivos de saúde pública e dos cuidados a montante dos hospitais deve ser concedida prioridade máxima de reforço de meios. Há que assegurar suficiente capacidade de realização dos inquéritos epidemiológicos, identificação, testagem e isolamento dos infetados. A ação insuficiente da rede de saúde pública e das intervenções a montante determinam, semanas depois, avalanches e colapso dos serviços a jusante. O que infelizmente está a acontecer.

À comunicação social apela-se que reajuste e inove as suas estratégias de informação. Que tenha em conta as necessidades emergentes e a aparente dessensibilização psicossocial, após meses consecutivos de pandemia.

Quanto à população e seus grupos específicos, que cada cidadão interiorize convictamente que o seu contributo é decisivo. Que pense nos outros, nos seus familiares, amigos, vizinhos, colegas. E também nos profissionais de saúde. Que se preocupe em protegê-los, numa atitude altruísta que será benéfica para si próprio. Que tenha a ousadia e a força para inverter a ordem das prioridades do “*proteger-me a mim*” para o “*proteger os outros*”. Isso pode fazer a diferença. Pensar em cada momento que, atualmente, sem o saber, pode estar a transmitir vírus involuntariamente.

Cada um de nós deve cumprir, sem hesitações, com absoluto rigor e tolerância zero as ações ampla e repetidamente enunciadas pela Direção-geral da Saúde. Nunca é demais repeti-las porque dificultam ou impedem a transmissão do vírus e ajudam a salvar vidas:

- distância e afastamento de pessoas, que não sejam os conviventes;
- abster-se de toda e qualquer deslocação desnecessária;
- usar máscara, como barreira ao lançamento para o ar, superfícies e objetos de gotículas contaminadas por vírus;
- manter renovado o ar dos espaços fechados;
- higiene adequada e frequente das mãos, para evitar infetar-se ao levar vírus à boca, nariz e olhos.

E que cada um faça tudo isto, não por ser obrigado mas porque quer evitar o sofrimento de pessoas e a perda de vidas.

Paralelamente, que cada um de nós seja um agente de saúde exercendo o dever cívico e a pedagogia adequada para incentivar todos à nossa volta a seguir à risca as recomendações da DGS, em especial as atrás relembradas.

Podemos e devemos ajudar a preservar o funcionamento do SNS, que é um património de todos. A todos cabe evitar que o aumento descontrolado de pessoas infetadas leve o SNS e o sistema de saúde a um colapso que colocará em perigo de vida milhares de pessoas com Covid-19 e com muitas outras doenças e acidentados, que não poderão ser tratados.

Apelamos para a unidade e determinação de todos os Portugueses para que seja possível superar esta crise no mais curto espaço de tempo possível.

Lisboa, janeiro de 2021

Maria de Belém Roseira (presidente); Ana Escoval, Carlos Monjardino, Constantino Sakellarides, Eduardo Paz Ferreira, João Gomes Esteves, J. Aranda da Silva, José Luís Biscaia, Luís Portela, Manuel Antunes, Manuel Sobrinho Simões, Vítor Melícias – Membros do Conselho Geral da FSNS.

Víctor Ramos (presidente), António Leuschner, Celeste Gonçalves, Diana Costa, Isabel Abreu, José Carlos Santos, Maria Augusta Sousa, Marta Salavisa, Patrícia Barbosa, Pedro Maciel Barbosa, Rui Monteiro, Rute Teixeira Borrego, Teresa Gago - Membros do Conselho de Administração e colaboradores permanentes da FSNS.